

# A internacionalização da educação do/no Instituto Federal Farroupilha: (des)caminhos em (re)construção

*The internationalization of education at the Farroupilha Federal Institute: (un)paths under (re)construction*

**Tamara Angélica Brudna da Rosa**  

[tamara.rosa@iffarroupilha.edu.br](mailto:tamara.rosa@iffarroupilha.edu.br)

Instituto Federal Farroupilha, RS, Brasil.

**Fernanda Lopes Silva Ziegler**  

[fernanda.ziegler@iffarroupilha.edu.br](mailto:fernanda.ziegler@iffarroupilha.edu.br)

Instituto Federal Farroupilha, RS, Brasil.

**Janete Teresinha Arnt**  

[janete.arnt@iffarroupilha.edu.br](mailto:janete.arnt@iffarroupilha.edu.br)

Instituto Federal Farroupilha, RS, Brasil.

## Resumo

Este artigo visa apresentar os documentos e as práticas referentes à internacionalização da educação do/no IFFar, de forma a problematizar como a criação de uma política linguística voltada para a internacionalização pode impactar as ações de internacionalização em todos os âmbitos educacionais da instituição. Como perspectiva teórica, apoiamo-nos nos pressupostos da Linguística Aplicada Sulear (Pennycook; Makoni, 2020) e dos estudos dos Letramentos Acadêmicos (Lea; Street, 1998, 2006). Os resultados desta pesquisa indicam que há interesse e/ou necessidade institucional em regular e organizar pautas relativas à internacionalização da educação e ao estabelecimento de uma política linguística. Contudo, em uma perspectiva abrangente de internacionalização, faz-se necessário refletir conscientemente e agir criticamente para que ações e, sobretudo, políticas sejam capazes de contribuir efetivamente no IFFar e por meio do IFFar.

**Palavras-chave:** Internacionalização da educação; Sul Global; Praxiologias; Política linguística; Rede Federal de Educação.

## Abstract

*This article aims to present the documents and practices related to the internationalization of education at IFFar, in order to problematize how the creation of a language policy aimed at internationalization can impact internationalization actions in all educational areas of the institution. Our theoretical perspective is based on the assumptions of Sulear Applied Linguistics (Pennycook; Makoni, 2020) and Academic Literacy studies (Lea; Street, 1998, 2006). The results of this research indicate that there is an institutional interest*

## FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 01/11/2023

Aprovação do trabalho: 05/07/2024

Publicação do trabalho: 02/09/2024



10.23925/2318-7115.2024v45i4e64101



*and/or need to regulate and organize guidelines relating to the internationalization of education and the establishment of a language policy. However, from a comprehensive perspective of internationalization, it is necessary to reflect consciously and act critically so that actions and, above all, policies can contribute effectively to IFFar and through IFFar.*

**Keywords:** *Internationalization of education; Global South; Praxiologies; Language policy; Federal Education Network.*

## 1. Introdução

O fenômeno da globalização pode ser caracterizado como um processo contemporâneo que provoca mudanças sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, culturais, científicas e educacionais em todo o mundo. Por consequência, como resposta e contribuição a demandas do processo de globalização do mercado, da sociedade e do próprio conhecimento, a internacionalização da educação superior tem sido “impulsionada por uma combinação de fundamentos econômicos, políticos, acadêmicos, sociais e culturais” (De Wit; Hunter; Coelen, 2015, p. 281). Entre essas demandas estão o apelo por maior competitividade, a empregabilidade de graduados, o engajamento global, a troca de conhecimento e a geração de renda (De Wit; Hunter; Coelen, 2015). Além disso, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, o crescente mercado de trabalho internacional, o aumento de investimentos privados na educação, o enfoque na sociedade do conhecimento e na integração da pesquisa, o uso do inglês como língua franca para a comunicação científica e o crescimento de publicações multinacionais (Altbach; Knight, 2007; Knight, 2004) corroboram as razões para as atuais necessidades de transformação do contexto acadêmico.

Contudo, em países do Sul Global, como o Brasil, as mudanças provocadas pelo fenômeno da globalização parecem seguir uma lógica desvinculada da perspectiva hegemônica e pautada por uma orientação mercadológica de educação (Guimarães; Pereira, 2021), exigindo dos governos o desafio de repensar e reestruturar a função da educação (Calvet, 2007). Desse modo, a universidade como um espaço social, de discurso e de poder tem potencial para promover a formação humana, social e profissional de estudantes, de modo que se desenvolvam enquanto cidadãos inseridos em diferentes contextos sócio-históricos e culturais (Lea; Street, 1998; Tognato, 2021).

No Brasil, o governo federal, através de programas como Ciência sem Fronteiras (CsF) e Idiomas sem Fronteiras (IsF), destinados a propiciar a formação e capacitação de pessoas e apoiar

as universidades federais no desenvolvimento linguístico, e o Fórum dos Assessores de Relações Internacionais (Forinter), com o intuito de construir uma unidade em torno das ações estratégicas de Relações Internacionais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), têm fomentado, na última década, a promoção de ações em relação à internacionalização nas instituições de ensino superior e de educação técnica e tecnológica. Nesse cenário, “é fundamental que a internacionalização seja concebida como uma política, isto é, que seja pensada de forma a orientar e a gerar um conjunto de ações e de mecanismos articulados em consonância com os objetivos institucionais” (Stallivieri, 2004, p. 73). Como política, pode-se dizer que a internacionalização vem configurando novos espaços, representações e praxiologias, pois tem se desenvolvido no intuito de ultrapassar a fronteira da mobilidade física, chegando a dimensões internacionais em atividades curriculares integradas à vida acadêmica, envolvendo aspectos do contexto local no contexto internacional (Knight, 2008).

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), criado em 2008 e localizado no Rio Grande do Sul, documentos institucionais têm abordado o tema da internacionalização, seja direta, ou indiretamente. Contudo, devido à carência de políticas nacionais para a internacionalização da educação, o IFFar, assim como as demais instituições que compõem a Rede Federal, tem ficado à margem do debate e dos benefícios gerados pela internacionalização da educação. Isso se reflete no contexto local, na medida em que a instituição pouco tem discutido e implementado ações sistematizadas de internacionalização nos últimos anos. Logo, análises e revisões periódicas dos documentos são necessárias para assegurar que concepções e conceitos estejam alinhados aos pressupostos contemporâneos da área.

O trabalho ora apresentado decorre de duas pesquisas de pós-graduação<sup>1</sup> em Linguística Aplicada, as quais abordam a internacionalização da educação e sua relação com o ensino de línguas no contexto do IFFar. Além disso, as discussões aqui propostas são embasadas pelas experiências das autoras enquanto servidoras<sup>2</sup> da instituição. Sob esse pano de fundo, este artigo

---

<sup>1</sup> Tamara desenvolveu sua pesquisa de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), alinhada ao Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagem (GECAL), sob supervisão do Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva, enquanto Fernanda tem desenvolvido sua pesquisa de doutorado no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Núcleo de Estudos sobre Letramentos Acadêmicos (NELA), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graciela Rabuske Hendges.

<sup>2</sup> Tamara é graduada em Inglês, mestra e doutora em Educação, atua como docente no IFFar desde 2011; Janete é graduada em Inglês, mestra e doutora em Estudos Linguísticos, atua como docente no IFFar desde 2012, e desde 2021

visa apresentar os documentos e as práticas referentes à internacionalização da educação do/no IFFar, de forma a problematizar como a criação de uma política linguística voltada para a internacionalização pode impactar as ações de internacionalização em todos os âmbitos educacionais da instituição.

A partir da perspectiva da Linguística Aplicada Sulear (Pennycook; Makoni, 2020), discorreremos sobre os (des)caminhos percorridos na relação entre tais políticas e possíveis traços (de)coloniais presentes desde a criação do IFFar. Com o aporte dos estudos dos Letramentos Acadêmicos (Lea; Street, 1998, 2006), tratamos de questões sociais, de identidade, poder e autoria que são evidenciadas nas práticas acadêmicas institucionais. Para fins de problematização, foram analisados 12 documentos institucionais que tratam direta ou indiretamente sobre internacionalização e ensino de línguas adicionais, bem como descritas ações de internacionalização realizadas pela instituição. Este estudo é, portanto, exploratório-descritivo, orientado por aspectos intrínsecos à abordagem qualitativa-interpretativa.

Para fins de organização, este trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. Primeiramente, os principais pressupostos teóricos são abordados à luz das perspectivas da Linguística Aplicada Sulear (Pennycook; Makoni, 2020) e dos estudos dos Letramentos Acadêmicos (Lea; Street, 1998, 2006). Na segunda seção, os documentos e as ações de internacionalização do IFFar são apresentados e discutidos em relação às análises realizadas nas pesquisas em andamento e nas vivências na Assessoria de Relações Internacionais (Arinter). Na terceira seção, o planejamento para a elaboração de uma política linguística institucional é problematizado. Por fim, na última seção, reflete-se sobre possíveis impactos da criação de uma política linguística voltada para a internacionalização da educação no/para o IFFar.

## 2. Fundamentos teóricos

De acordo com Silva e Xavier (2021, p. 5588), “a internacionalização da educação, concebida por um viés crítico, apresenta-se como uma estratégia de mudança e de justiça social em contextos educacionais de países em desenvolvimento como o Brasil”. Desse modo, este trabalho se inscreve em uma perspectiva crítica em Linguística Aplicada, uma vez que “nos

---

tem atuado como coordenadora da Arinter; e Fernanda é graduada em Inglês, mestra e doutoranda em Estudos Linguísticos, atua no IFFar como Secretária Executiva desde 2014.

---

propomos olhar atentamente para questões sociais, de identidade, de poder, de autoria, entre outras, a partir do contexto local” (Ziegler, 2022, p. 148) do IFFar.

Para melhor apresentar as concepções centrais deste estudo, subdividimos a seção em duas partes, uma relacionada à internacionalização da educação e outra ao papel da linguagem.

## 2.1 Internacionalização da educação

Internacionalização não é um termo novo, visto que tem sido discutido há séculos no campo da Ciência Política e das relações intergovernamentais (Knight, 2004). Contudo, na área educacional, a internacionalização se popularizou a partir dos anos 1980, impactando e moldando principalmente o cenário da educação superior devido aos resultados da globalização (Altbach; Knight, 2007; Knight, 2004, 2008).

Para Freire e Ragnev (2023, p. 103), a educação internacional está ligada à

imprescindibilidade de desenvolvimento de contextos acadêmicos e procedimentos instrucionais integradores, de dimensões intelectual, linguística e social não limitantes e limitadoras, que favorecessem a formação de sujeitos interculturais, que se expressassem e atuassem em diversas situações sociais, acadêmicas e interculturais de maneira pertinente, articulada e ética, interligando saberes e informações na resolução de problemas de um mundo simultaneamente local e global, plural e contraditório – apesar da imprevisibilidade, ambiguidades e incertezas inerentes à vida.

Nesse sentido, “a educação intercultural surge como uma possibilidade para desenvolvermos a sensibilidade para a complexidade de valores e universos culturais” (Santiago; Akkari; Marques, 2013, p. 181). Dessa maneira, uma vez que as práticas sociais são nutridas pela linguagem, entende-se que as línguas possuem papel relevante para a educação internacional e/ou intercultural, na medida em que possibilitam ao indivíduo o seu poder de agência diante de situações opressoras naturalizadas que envolvem, por exemplo, as colonialidades e desigualdades da vida social (Guimarães; Pereira, 2021; Silva; Xavier, 2021; Stefani; Gregolin, 2022).

Para isso, embora não haja consenso sobre a definição de internacionalização da educação, compreende-se a necessidade do estabelecimento de parâmetros para avaliar e avançar a internacionalização da educação (De Wit, 2002 apud Knight, 2004). Portanto, nos filiamos a uma concepção abrangente de internacionalização crítica, ancorada no conceito de

internacionalização da educação superior proposto por De Wit, Hunter e Coelen (2015), entendida como

o processo **intencional** de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, nas funções e na oferta de educação pós-secundária, **a fim de aprimorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os estudantes e funcionários, e fornecer uma contribuição significativa para a sociedade.** (p. 281, tradução nossa)

Segundo Hunter *et al.* (2022), *intencional* destaca o entendimento da internacionalização como um processo planejado, que não apenas requer reflexão e decisão sobre o futuro da instituição, mas, sobretudo, requer ação e mudança. A menção a *todos os estudantes e funcionários* reflete a crescente consciência inclusiva e menos elitista do processo de internacionalização da educação superior. Para os autores, o envolvimento de todos os estudantes indica uma mudança de foco da mobilidade, que passa a ser opcional, para a internacionalização do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a internacionalização do currículo; enquanto o envolvimento de todos os servidores significa a inclusão tanto da equipe acadêmica, quanto da equipe administrativa. Além disso, esse conceito se expande para além do contexto acadêmico, incluindo a sociedade em uma perspectiva de mudança social.

Considerando que a internacionalização não é um fim, mas um meio para aprimorar a qualidade da educação e da pesquisa, dois novos pilares – a internacionalização em casa e a internacionalização do currículo – têm sido acrescidos na visão crítica de internacionalização da educação (Hunter *et al.*, 2022; Santos Filho, 2020). Esses dois conceitos se desenvolveram em reação à ênfase unilateral da internacionalização como mobilidade, ou seja, se justificam pela possibilidade da democratização mais efetiva da internacionalização (Hunter *et al.*, 2022; Santos Filho, 2020).

Destarte, o sentido de internacionalização da educação aqui adotado vai ao encontro da concepção preconizada por Guimarães e Pereira (2021, p. 5614) de que “ela se torna um elemento intimamente introjetado na tríade universitária e que, portanto, viabiliza impactos salutares na instituição e na sociedade”. Nessa mesma linha, ecoamos o que Silva e Xavier (2021, p. 5588) ressaltam:

a) internacionalização para o bem público, em uma perspectiva liberal de formação humana; b) internacionalização para a solidariedade global, voltada para ações contra a opressão e a marginalização das culturas e indivíduos que, de fato, possam mudar o status quo vigente; e, c) internacionalização decolonial, capaz de promover mudanças em políticas e práticas vindouras.

Em suma, essa concepção crítica de internacionalização da educação superior atende aos princípios da abordagem dos letramentos acadêmicos uma vez que agrega questões relacionadas a acesso, diversidade, poder e igualdade. Nesse sentido, pressupomos que o advento da internacionalização da educação por intermédio dos letramentos acadêmicos, em particular no contexto da Rede Federal, pode propiciar à comunidade acadêmica o acesso a novas culturas e novos conhecimentos e, sobretudo, a participação crítica em práticas sociais, tanto dentro quanto fora da instituição.

## 2.2 O papel da linguagem para a internacionalização da educação

A concepção de língua em que nos pautamos está fortemente ancorada em uma epistemologia que entende língua como discurso e que compartilha a perspectiva bakhtiniana, a qual entende os signos como construtos ideológicos, dependentes de suas condições de produção e de seus contextos sociohistóricos (Bakhtin, 2016). Nesse contexto, o ser humano é parte de uma multiplicidade de discursos, que se agrupam de maneiras complexas, (re)organizados social e constantemente. As diversas ações que realizamos no dia a dia, por meio da representação social, cultural, histórica, política e linguística de determinados grupos que, conjuntamente, têm em cada práxis os agenciamentos distribuídos, são formas de utilização da linguagem.

Na perspectiva dos letramentos acadêmicos, a comunicação tem papel central no mundo real ao permitir ao indivíduo o contato e o engajamento com outras culturas e outros conhecimentos. Uma vez que as práticas sociais são nutridas pela linguagem, as línguas possuem papel relevante para a internacionalização da educação superior por possibilitarem ao indivíduo o seu poder de agência diante de situações opressoras naturalizadas na sociedade. Tal fato remete-nos à necessidade de perceber que as instituições acadêmicas são constituídas por, e são lugares de, discurso e poder (Lea; Street, 1998) e, por isso, devem (res)significar suas práticas com vistas à formação de novos atores, à produção de conhecimento, à cooperação com o mundo do trabalho e com a instituição da tecnologia digital em ambientes socioculturais internacionalizados sob o viés decolonial (Pennycook; Makoni, 2020).

Desse modo, defendemos que é preciso circunstanciar as línguas dentro de uma perspectiva de internacionalização da educação crítica, isto é, que seja para todos, e não somente privilégio de estudantes, servidores e comunidade externa com alto poder aquisitivo, enfatizando-se um olhar pautado na epistemologia do Sul Global. Para tanto, a diversidade cultural presente em uma instituição de educação é relativa às diferenças individuais e é por esta diversidade que a infusão de perspectivas multiculturais nas práticas institucionais e nos currículos deve ser fomentada, com o firme propósito de internacionalizar para/com todos, de incluir e valorizar o que é diverso culturalmente, em língua e em epistemologia (Libâneo, 2016).

Contudo, no contexto da América Latina, embora haja algum esforço para aumentar a oferta de programas ministrados em inglês, por exemplo, a língua continua sendo um grande desafio, tanto para estudantes quanto para professores (De Wit; Jooste, 2022). Nesse ponto, endossamos a necessidade de a questão linguística também ser concebida como uma política.

A busca por conceituar o termo política linguística tem se revelado relativamente recente, ao menos no sentido institucional – apesar de ser um termo que está em circulação desde a década de 1950. A compreensão primária de uma política linguística é como um campo de atividade, um ramo da política. Como tal, toda ação política decorre de escolhas feitas, tomada de decisões, planejamento e responsabilidades dos agentes que estão à mercê das forças que o cercam no dito sistema democrático. De acordo com Rajagopalan (2013, p. 21),

política linguística é a arte de conduzir reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores.

Dito de outro modo, o conceito de política linguística pode ser definido em/pelas escolhas conscientes que influenciam a língua, o modo como se age e se trabalha com e sobre ela. Ao ser proposta a relação entre conhecimento, cultura e poder, existe a necessidade de uma práxis pedagógica libertadora intercultural.

Sendo assim, a concepção de política linguística adotada neste trabalho busca reconhecer e compreender as línguas sob a luz de teorias decoloniais, visando não tomar como referência a dicotomia melhor/pior de países do Norte e do Sul Global, mas trilhar caminhos para (res)significá-las glocalmente. Nesse viés, Kramsch (2001) aponta os lugares do ensino e da aprendizagem de línguas na sociedade atual na perspectiva de considerar sujeitos multilíngues. Essa concepção

---

busca promover uma educação voltada para o conhecimento do ‘outro’, sendo o ‘outro’ o estudante que traz consigo saberes diferentes de seus pares, saberes culturais, religiosos e sociais.

### 3. A internacionalização da educação no IFFar

Esta seção está subdividida em duas partes, uma, referente à apresentação dos documentos e outra das ações de internacionalização do IFFar, de modo que sejam expostos os (des)caminhos percorridos nas questões da internacionalização da educação e das línguas adicionais.

#### 3.1 Documentos de regulamentação institucional

Nesta subseção, é apresentado um recorte da análise<sup>3</sup> de documentos institucionais do IFFar que tratam, em alguma medida, da internacionalização da educação e das línguas adicionais. Neste artigo, são destacados aspectos do contexto e do texto (Motta-Roth, 2008; Motta-Roth; Heberle, 2015) que abrangem o momento histórico e os atores sociais envolvidos no processo de produção dos documentos, bem como as concepções da internacionalização da educação e do ensino de línguas adicionais do/no IFFar.

No IFFar, assim como em outras instituições públicas de ensino, são elaborados documentos para organizar as atividades institucionais. De modo geral, leis e decretos federais são recontextualizados para o contexto local por meio de resoluções e instruções normativas (IN), as quais normatizam as atividades das diferentes esferas institucionais (p. ex., ensino, pesquisa e extensão). Esses documentos, chamados por Fairclough (2003) de gêneros de governança, servem para mediar ações de participantes a distância, no espaço e no tempo, e nas relações sociais do contexto institucional. No IFFar, as pautas que compõem esses documentos devem ser amplamente debatidas pela comunidade acadêmica, em diferentes espaços de representação, para aprovação final do Conselho Superior (Consup).

A Tabela 1 apresenta os documentos em vigência no ano de coleta dos dados (2022).

---

<sup>3</sup> Os dados apresentados nesta subseção são parte da pesquisa de doutorado desenvolvida pela autora Fernanda (Projeto de Pesquisa UFSM n. 056221/2021).

Tabela 1 - Documentos do IFFar sobre internacionalização da educação superior e línguas adicionais

Item	Documento	Título ou Ementa	Link para acesso
1	Resolução n.º 69/2013	Aprova o regulamento do Programa de Apoio à Internacionalização do IFFar	<a href="http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201531015163191resolucao_n%C2%BA_069_2013_programa_de_apoio_a_internacionalizacao_do_if_farroupilha.pdf">http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201531015163191resolucao_n%C2%BA_069_2013_programa_de_apoio_a_internacionalizacao_do_if_farroupilha.pdf</a>
2	Resolução n.º 12/2014	Dispõe sobre as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica, nacional e internacional, no âmbito do IFFar	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=30091&amp;key=7150588ec58ac3882d235824c6f3fce2">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=30091&amp;key=7150588ec58ac3882d235824c6f3fce2</a>
3	Resolução n.º 36/2015	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Idiomas de Inglês e Espanhol dos NAls do IFFar	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=63428&amp;key=aagbcc6c8f287d55671ca77967ed24eb">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=63428&amp;key=aagbcc6c8f287d55671ca77967ed24eb</a>
4	Resolução n.º 87/2015	Aprova o PPC e-Tec Idiomas Sem Fronteiras, na modalidade EaD	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=63859&amp;key=cac5e209a8dd70fb991abc32a9dc7647">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=63859&amp;key=cac5e209a8dd70fb991abc32a9dc7647</a>
5	Resolução n.º 116/2015	Aprova o Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PIADIFF) do IFFar	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=63997&amp;key=53358a363736e5471fdc7ad6dff5bc18">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=63997&amp;key=53358a363736e5471fdc7ad6dff5bc18</a>
6	IN n.º 02/2018	Normatiza o fluxo para a realização de convênios no âmbito do IFFar	<a href="https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/17377/991b74d7c37eb9c8b78c0fd2fec5d3">https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/17377/991b74d7c37eb9c8b78c0fd2fec5d3</a>
7	IN n.º 05/2018	Normatiza o Regulamento do Núcleo de Ações Internacionais (NAI) do IFFar	<a href="https://bit.ly/30cyuW6">https://bit.ly/30cyuW6</a>
8	Resolução n.º 83/2018	Institui a Política de Internacionalização do IFFar	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=183703&amp;key=b879f6215722212595b93033edaa07d">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=183703&amp;key=b879f6215722212595b93033edaa07d</a>
9	Resolução n.º 09/2019	Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2026 do IFFar	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=216020&amp;key=dff80078b04f1074a8e9250c6f74c796">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=216020&amp;key=dff80078b04f1074a8e9250c6f74c796</a>
10	Resolução n.º 66/2020	Aprova o Regulamento do Ensino Superior de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> do IFFar	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1000340&amp;key=9faa28ce9874e3e600686f677401bd19">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1000340&amp;key=9faa28ce9874e3e600686f677401bd19</a>

11	Resolução n.º 67/2020	Aprova o Regulamento do Ensino Superior de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> do IFFar	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1000344&amp;key=33df202c64d42a61d87c5f8b8d29e446">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1000344&amp;key=33df202c64d42a61d87c5f8b8d29e446</a>
12	Resolução n.º 49/2021	Define as Diretrizes Administrativas e Curriculares para a Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Superiores de Graduação do IFFar	<a href="https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1342735&amp;key=e08471d6fb4218795b6873021b33ce42">https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1342735&amp;key=e08471d6fb4218795b6873021b33ce42</a>

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Conforme demonstrado, o IFFar possui 12 documentos que regulam e organizam questões ligadas à internacionalização da educação<sup>4</sup> e às línguas adicionais, indicando interesse e/ou necessidade institucional pela pauta. A maioria desses documentos foi publicada em 2015 e 2018, coincidindo com a vigência dos programas CsF e IsF, cujos propósitos envolviam a ampliação da participação e da mobilidade internacional de estudantes, docentes, pesquisadores; a oportunidade da proficiência em outras línguas aos estudantes do ensino superior; o apoio no desenvolvimento linguístico das universidades federais. No que se refere às línguas, especificamente, o IFFar possibilita a capacitação de estudantes e servidores por meio de cursos de idiomas desde 2015, embora a inclusão da Rede Federal como público das ações do IsF tenha sido prevista em 2016 e o cadastramento de Núcleo de Línguas em 2017, ambos sem financiamento.

A lacuna temporal entre a criação do IFFar, em 2008, e a publicação do primeiro documento acerca do tema, em 2013, pode estar vinculada a diversos fatores, como a menor quantidade de servidores efetivos, na época, para a proposição de projetos, políticas e diretrizes, bem como a falta de apoio externo para a implementação e fomento de ações. Para Stallivieri *et al.* (2019, p. 73), “os Institutos Federais, embora com uma identidade muito recente, têm realizado ações, mesmo que modestas, para fortalecer a internacionalização”.

Além do contexto histórico, outro aspecto observado diz respeito à caracterização dos gêneros de governança por propriedades específicas de recontextualização, isto é, a apropriação de elementos de uma prática social dentro de outra, e pela capacidade de vincular diferentes escalas, conectando o local e particular ao nacional/regional/global e geral (Fairclough, 2003).

<sup>4</sup> Documentos relacionados à educação superior foram incluídos na análise, visto que a pesquisa enfoca este contexto específico.

Nesse sentido, a multiplicidade de assuntos, como a variedade de participantes, o notável número de páginas e seções, e a presença de aspectos normativos (p. ex., *princípios, objetivos e finalidades*) e pedagógicos (p. ex., *organização didática e avaliações*) indicam a amplitude da prática social.

A partir da análise da organização dos documentos, foi possível observar um aspecto dos efeitos construtivos do discurso nas identidades sociais representadas nos documentos. Três das cinco pró-reitorias do IFFar aparecem como propositoras das pautas, ou seja, são responsáveis por fomentar o debate inicial e propor, junto com os pares, uma primeira versão dos atos normativos, sendo a Pró-reitoria de Extensão (Proex) propositora de cinco dos 12 documentos<sup>5</sup>.

A menção de diferentes atores sociais envolvidos no contexto de produção pode estar atrelada à complexidade do tema, que envolve o tripé ensino, pesquisa e extensão. Todavia, a agência assumida por três pró-reitorias e por um grupo específico de gestores e especialistas parece indicar uma questão hegemônica na participação de alguns grupos em detrimento de outros (Fairclough, 1992), ainda que o valor institucional da gestão democrática venha a se efetivar, em última instância, pelo Consup, o qual é composto por representantes docentes, TAEs, discentes, sociedade civil organizada e gestores do IFFar.

Conforme exposto no início desta subseção, a análise documental ofereceu subsídios para a interpretação dos dados com relação a concepções de internacionalização da educação e ensino de línguas adicionais do/no IFFar. Para tanto, foram identificadas características ricas em significação, ou seja, recursos linguísticos em um texto ou conjunto de textos que aponta para a maneira como o significado é incorporado a esse texto em conexão com seu contexto (Barton, 2004), relacionadas a línguas adicionais (p. ex., estrangeira, adicional, inglês, espanhol) e à internacionalização (p. ex., internacional, nacional, mobilidade, convênio).

De modo geral, a baixa frequência ou inexistência dessas características ricas em significação, as quais correspondem a menos de 1% do total de palavras que compõem os documentos, aponta um desafio no debate e na implementação de ações pautadas no ensino de línguas adicionais e na internacionalização da educação no IFFar. Ademais, a reduzida menção de

---

<sup>5</sup> A Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPPGI) aparece em segundo lugar, com proposição de três documentos e um em conjunto com a Pró-reitoria de Ensino (Proen), possivelmente porque até 2017 a Arinter era vinculada à PRPPGI.

características ricas referentes às línguas adicionais parece indicar o entendimento institucional sobre internacionalização desvinculado do ensino de outras línguas.

A desassociação entre as línguas adicionais e a internacionalização da educação parece se confirmar através do conceito de internacionalização adotado pela instituição. A análise dos documentos evidencia uma concepção de internacionalização: a) como *mobilidade* e *intercâmbio*; b) desenvolvida por meio de *programas, projetos, atividades, ações* e *convênios*; c) para o desenvolvimento do *ensino, da pesquisa, extensão* e *qualificação* profissional e acadêmica. Nesse sentido, a concepção de internacionalização parece ampla em suas funções, envolvendo ensino, pesquisa, extensão e qualificação, porém particular (p. ex., por meio de *mobilidade*) e genérica (p. ex., por meio de *atividades*) na sua forma de oferta.

Apesar de o aspecto internacional e o engajamento de servidores e estudantes serem incorporados nas definições, outras questões essenciais na perspectiva dos estudos dos letramentos acadêmicos e da internacionalização crítica parecem escassas na concepção institucional presente nos documentos, a exemplo da: presença da diversidade cultural e da sensação de alcance global; manifestação da necessidade de planejamento, reflexão, decisão, ação e mudança; inclusão da sociedade; incorporação da internacionalização em casa e do currículo.

Por outro lado, na perspectiva crítica dos letramentos acadêmicos, os documentos parecem demonstrar uma visão mais problematizadora no nível ideológico do discurso e da prática social ao incluir diferentes atores e questões sociais. Além da própria instituição, representada por pró-reitorias e outros setores, estudantes, servidores e instituições/órgãos externos também são mencionados, embora com menor agência. De modo geral, estudantes (*do IFFar, egressos, intercambistas, etc.*) e servidores (*TAEs, docentes, externos*) parecem se beneficiar de ações oferecidas pela instituição, enquanto instituições/órgãos externos (*Forinter, Conif, instituições conveniadas, etc.*) podem ser partícipes de ações idealizadas pelo IFFar ou por ambos.

A análise também evidenciou que questões sociais, como temos chamado os aspectos mais amplos da prática social, como *inclusão, letramento, mundo do trabalho* e *diálogo entre as culturas*, são associadas ao ensino de línguas, ainda que características ricas em significação como *abordagem comunicativa, domínio linguístico* e *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* estejam mais alinhadas com concepções tradicionais de aprendizagem e de linguagem.

Grosso modo, as línguas adicionais no contexto de internacionalização podem contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e democrática e que se importa com os problemas de cunho global (Guimarães; Silva, 2022). Assim, há de se pensar nas línguas para além da mobilidade, dos *rankings*, da aprovação em exames de proficiências, de maneira a refletir criticamente sobre as políticas linguísticas, as relações sociais e de poder, o político e ético, a justiça social, os embates significativos de construção de sentidos, os conhecimentos e os direitos de aprendizagem no processo de internacionalização (Guimarães; Silva, 2022).

### 3.2 Ações de internacionalização

A internacionalização na Rede Federal é vista como uma forma de promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre pessoas de diferentes nacionalidades, de modo a ampliar o horizonte de reflexão e de atuação da comunidade acadêmica, bem como proporcionar uma formação integral abrangente e conectada ao mundo globalizado. Esta troca pode acontecer ao participar de programas de mobilidade acadêmica ou de ações de internacionalização em casa, que promovam uma educação global.

No IFFar, devido aos cortes orçamentários sofridos nos últimos anos, especialmente dentro do contexto pandêmico, a internacionalização tem tido pouco investimento financeiro. Este fato, somado a uma tendência na área de estudos de internacionalização de ampliação do conceito de internacionalização para considerar a internacionalização em casa (Morosini, 2019) como uma das ferramentas para consolidação da internacionalização da educação no contexto brasileiro, constituem-se como uma estratégia na formação integral dos estudantes para os desafios do século XXI.

Nesse sentido, no IFFar, a Arinter, integrante da Proex, é o setor responsável pelo assessoramento e realização das atividades propostas pela política institucional de internacionalização do IFFar, em consonância com as diretrizes estabelecidas no PDI (IFFar, 2014, 2019). Até 2020, o setor produziu a maioria dos documentos citados na seção anterior e procurou implementar a política de internacionalização com foco em programas de mobilidade acadêmica fomentados pelo IFFar e pelo CONIF (Gimenes; Batalha; Lunardi, 2022). Atualmente, o setor é composto por um docente e um estagiário. Entre as principais ações atuais da Assessoria estão: encaminhar e supervisionar a celebração de convênios internacionais; supervisionar e executar

editais de internacionalização; acompanhar, coordenar e supervisionar as ações de internacionalização dos NAIs, presentes em todos os *campi*, compostos por presidente, vice-presidente, secretário e membros designados por meio de portarias, e regulamentados por uma IN (IFFar, 2018). Nesse contexto, as ações da Arinter têm se voltado ao desenvolvimento e incentivo de ações internas com a utilização de pouco ou nenhum orçamento específico, tais como encaminhamento de estágios e mobilidades pagas pelo próprio estudante ou financiadas por instituições externas. Além disso, uma das principais ações tem sido reestruturar e fortalecer os NAIs nos *campi* com a viabilização de recebimento e matrícula de alunos estrangeiros e incentivo às ações promovidas pelos núcleos.

Os NAIs têm promovido diversas ações que podem se configurar como internacionalização em casa, dentre elas destacamos: projetos que envolvem português como língua de acolhimento para imigrantes; oferta de cursos de língua adicional extracurricular (espanhol, inglês e italiano) para a comunidade acadêmica interna e externa, por meio de editais lançados pela Proex; rodas de conversa com estrangeiros intercambistas, servidores e estudantes que tiveram alguma experiência no exterior; rodas de conversação em língua inglesa e espanhola. A maioria dessas ações envolve línguas adicionais e são desenvolvidas por meio dos Centros de Línguas, o que se configura como uma estratégia de internacionalização (Cavalcante *et al.*, 2015). Por isso, consideramos que seja importante a criação de uma política linguística da instituição, vinculada à política de internacionalização, de forma que a implementação dos Centros de Línguas seja considerada como parte da política linguística e da política de internacionalização (Pereira *et al.*, 2022). A partir da criação de uma política linguística, estas ações passarão a ter uma consistência institucional e deixarão de ser realizadas de forma fragmentada e desvinculada.

#### 4. Política linguística no IFFar: rumos e (des)contornos

Concordamos com Rajagopalan (2014, p. 81) ao postular que

Tudo começa, enfim, a partir do reconhecimento de que o ensino de línguas é uma atividade imbuída de conotações políticas (...). A sala de aula é um lugar onde, queiramos ou não, a política linguística desabrocha de forma sutil ou, às vezes, explícita (...).

A partir destas epistemologias e ontologias contextualizadas nas seções anteriores, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para revisão da Política de Internacionalização e criação da Política Linguística da instituição, em julho de 2023, após um ano de discussões no grupo da área de linguagens juntamente com a Arinter. O GT é constituído por membros dos diferentes Comitês de Assessoramento, tais como representantes de diretores gerais, de ensino, de pesquisa, extensão e produção, de administração, de desenvolvimento institucional, de gestão de pessoas, entre outros, bem como docentes da área de linguagens de todos os *campi*. Após escrita da minuta pelo GT, esta será colocada para apreciação e sugestões da comunidade acadêmica por meio de reuniões nos *campi*.

Neste GT estão sendo discutidas questões pertinentes à internacionalização, especialmente no que diz respeito ao ensino e aprendizagem de línguas a partir do olhar dos diferentes cenários e contextos, que envolvem os conhecimentos, valores e práticas que delineiam e influenciam o tratamento da língua; as compreensões docentes e discentes sobre questões educativas em línguas; as estratégias de promoção das línguas; as abordagens e enfoques das línguas nos currículos formais e informais; os processos de constituição das políticas linguísticas e de internacionalização, que resultam nas habilidades acadêmico-profissionais no/do IFFar.

Ao falarmos do ensino-aprendizagem de línguas e da internacionalização do/no IFFar, dizemos sobre um processo que infunde perspectivas multiculturais ao currículo da instituição, a qual é marcada pela multiculturalidade da sala de aula, porque ali estão alunos e professores com perfis dos mais variados: social, econômico e linguístico. Corrobora Leask (2015) ao apontar que se trabalharmos por um currículo que promova o desenvolvimento de habilidades e atitudes de todos os alunos, sem exceção, para que sejam capazes de viver e trabalhar em uma sociedade que passa por mudanças cada vez mais rápidas, para que sejam menos passivos e responsabilmente mais ativos, preocupados com o bem-comum, aptos a solucionarem problemas por meio de estratégias inovadoras, comprometidos eticamente, atentos às necessidades locais e globais, estaremos dando voz a questões sobre quais seriam as relações de poder que há entre universidade e sociedade numa perspectiva decolonial, não imposta e sim dialógica, fluida.

O pensamento “abissal” que demarcava e demarca as políticas linguísticas da era colonial subsiste estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanece constitutivo das relações políticas e culturais excludentes, mantidas no sistema mundial contemporâneo em

relação à aprendizagem e uso das línguas, reconhecendo o currículo formal, informal e oculto como passíveis de implementação de ações de internacionalização (Leask, 2015, p. 9, tradução livre) ressignificadas glocalmente. Todavia, os discursos preconizados do conhecimento universal no ensino não poderiam/deveriam ser apenas analisados sob números, visto que são inaplicáveis a territórios colonizados e não aos colonizadores. A língua como fator sociocultural opera de modo diferenciado, é interdependente, rizomática e configura praxiologias singulares, embora complexas.

Logo, a relação com as línguas estrangeiras, deve ter um caráter local e ao mesmo tempo transnacional e global. Defendemos ainda que, uma educação intercultural afeta não só o currículo formal, mas principalmente o currículo oculto, porque nela estão inseridas questões históricas e sociais dos sujeitos, as políticas que permeiam o direito de todos os cidadãos, potencializada pelas relações interpessoais.

Em nossa leitura, conseguimos despertar um olhar para a diversidade linguística e para a necessidade da busca por uma cultura institucional de valorização das línguas como instrumentos de inclusão e cidadania global, enfatizando o caráter multilinguístico das ações da instituição buscando abranger uma visão integrada do linguístico e do social bem como a ampliação dos usos acadêmicos, científicos e tecnológicos das línguas.

### **Considerações finais**

Assim sendo, a partir do GT, ressaltamos a importância dos “inéditos-viáveis” defendidos por Paulo Freire, seja na formação inicial e continuada de professores, na participação de grupos de pesquisa pautados na epistemologia e ontologia suleares, na publicação e disseminação de conhecimentos locais, bem como na criação e implantação de políticas linguísticas que independem da motivação e subjetividade apenas de um, mas como superação das situações-limite. Esses inéditos representam a concretização de sonhos que, no passado, eram tidos como impossíveis (inviáveis), mas, no presente, adotam uma postura crítica de ação transformadora, encarados como possibilidades (viáveis), que viabilizam, portanto, a análise crítica da realidade a partir de ações coletivas.

Não se trata, porém, de obter soluções prontas, mas de sonhar com a possibilidade de agir no mundo, transformando-o. Assim, o sentido estabelecido por Freire é de sonho possível, apesar de forças centrífugas e centrípetas estarem presentes em qualquer processo educacional. Acreditamos na práxis como possibilidade de transformar o mundo. Nesse viés, Freitas e Machado (2010, p. 140) defendem que “as condições objetivas, em permanente mudança, nos desafiam ao inédito-viável, ou seja, à criação de condições para a realização do historicamente possível, a fim de que se viabilize no futuro o que no presente se faz impossível”. Ressalte-se que esse movimento não se faz no terreno das certezas, mas das possibilidades. Ainda, embora muitos desses inéditos não sejam exatamente como queremos, acreditamos que a partir de um planejamento adequado seja possível viabilizar os “jeitos” que o IFFar poderá construir coletivamente.

Em suma, argumentamos a favor da observação e investigação das respostas locais às representações, práticas e percepções da aprendizagem e uso das línguas como ações sociais híbridas, heterogêneas e até mesmo translíngues, as quais todos têm direito ao acesso de forma inclusiva. Espera-se, com isso, que a língua(gem) como prática local contemple os processos de (des)reconstrução de identidades, culturas e territorialidades. Por fim, atentamos para o papel das políticas linguísticas na proposição de ações no campo educacional, o que significa que, se formuladas coerentemente, podem fazer ventilar as vozes de toda comunidade acadêmica.

## Referências

ALTBACH, P.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3/4, p. 290-305, 2007.

BAKHTIN, M. M. **Os Gêneros do Discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARTON, E. Linguistic Discourse Analysis: how the language in texts works. In. BAZERMAN, C., PRIOR, P. (Eds.) **Methods What Writing Does and How It Does It: An Introduction to Analyzing Texts and Textual Practices**. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p. 57-82, 2004.

CALVET, L. J. **Language policies translation**. São Paulo: Parábola, 2007.

CAVALCANTE, R. P.; SAID, A. C. B. F.; BOTELHO, S. M. P. D.; ROMANOWSKI, A. E.; STEVES, M.; MACEDO, R. M. P. R.; SILVA, S. L. C. Estratégias para Internacionalização dos Institutos Federais: cultura e língua. **Revista Nexus**, IFAM, v. 1, n. 1, p. 95-101, 2015.

DE WIT, H.; HUNTER, F.; COELEN, R. J. Internationalisation of higher education in Europe: Future directions. In: DE WIT, H.; HUNTER, F.; HOWARD, L.; EGRON-POLAK, E. (Org.).

**Internationalisation of higher education.** Brussels, Belgium: European Union, p. 273-288, 2015.

DE WIT, H.; JOOSTE, N. Trends, data, and dimensions of international student mobility and recruitment in Latin America and the Caribbean; the Middle East and North Africa; and sub-Saharan Africa. In: DE WIT, H.; MINAEVA, E.; WANG, L. (Org.). **International student recruitment and mobility in non-anglophone countries: theories, themes, and patterns.** Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, p. 272-280, 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change.** Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London/New York: Routledge, 2003.

FREITAS, A. L. S.; MACHADO, M. E. Formação com educadores/as e os desafios da práxis da Educação Popular na Universidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 137-144, maio/ago., 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, M. M.; RAGNEV, K. D. Educação internacional: uma possibilidade complexa e transdisciplinar. **The Specialist**, v. 44.1, p. 97-111, 2023.

GIMENES, E. S.; BATALHA D. V.; LUNARDI, R. A implementação da política de internacionalização no Instituto Federal Farroupilha. **Boletim Técnico Científico do IFFar**, v. 07, p. 1-17, 2022.

GUIMARÃES, R. M.; PEREIRA, L. S. M. Mapeamento dos estudos sobre políticas linguísticas e internacionalização no Brasil: uma selfie. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 5596-5617, 2021.

GUIMARÃES, R. M.; SILVA, K. A. da. Políticas linguísticas para a internacionalização da educação: um olhar decolonial a partir dos institutos federais. **Revista Linguagem em Foco**, v.14, n.1, p. 33-56, 2022.

HUNTER, F.; McALLISTER-GRANDE, B.; PROCTOR, D.; DE WIT, H. The evolving definitions of internationalization: a question of values. In: DEARDORFF, D. K.; DE WIT, H.; LEASK, B.; CHARLES, H. (Org.). **The handbook of international higher education.** 2nd ed. Sterling, Virginia: Stylus Publishing, LLC, p. 53-74, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - IFFAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha 2014 - 2018.** Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>. Acesso em: 19 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - IFFAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha 2019 - 2026**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>. Acesso em: 19 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - IFFAR. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 05/2018. **Regulamento do Núcleo de Ações Internacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha**. Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/relações-internacionais>. Acesso em: 19 out. 2023.

KNIGHT, J. Updating the definition of internationalization. **International Higher Education**, [S.l.], p. 2-3, 2003.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in Higher Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

KNIGHT, J. **Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalization**. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

KRAMSCH, C. Intercultural communication. In: CARTER, R.; NUNAN, D. (Eds.). **The Cambridge Guide to Teaching English to Speakers of Other Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 201-206, 2001.

LIBÂNEO, J. C. School educative aims and internationalization of educational policies: impacts on curriculum and pedagogy. **European Journal of Curriculum Studies**, v. 3, n. 2, p. 444-462, 2016.

LEA, M. R.; STREET, B. V. Student writing in higher education: an academic literacies approach. **Studies in Higher Education**, v. 23, n. 2, p. 157-173, 1998.

LEA, M. R.; STREET, B. V. The “Academic literacies” model: theory and applications. **Theory Into Practice**, v. 45, n. 4, p. 368-377, 2006.

LEASK, B. **Internationalizing the Curriculum**. New York: Routledge, 2015.

MOROSINI, M. C. (Org.). **Guia para a Internacionalização Universitária**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019. p. 188-201. E-book. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/livro/1383/>. Acesso em: 22 set. 2023.

MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. **D.E.L.T.A.**, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.

MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. A short cartography of genre studies in Brazil. **Journal of English for Academic Purposes**, v. 19, p. 22-31, 2015.

PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. **Innovations and Challenges in Applied Linguistics from the Global South**. Oxon: Routledge, 2020.

PEREIRA, L. S. M.; COSTA, S. M.; SILVA, K. A. da. Os centros de línguas como política linguística em um instituto federal. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 57-74, 2022.

RAJAGOPALAN, K. Política de ensino de línguas no Brasil: história e reflexões prospectivas. In: LOPES, L. P. da M. **Linguística Aplicada na Modernidade Recente**: Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, Cap. 6, p. 143-161, 2013.

RAJAGOPALAN, K. O professor de línguas e a suma importância do seu entrosamento na política linguística do seu país. In: CORREA, D. A. (Org.). **Política Linguística e ensino de línguas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

SANTIAGO, M. C.; AKKARI, A.; MARQUES, L. P. **Educação Intercultural**: desafios e possibilidades. 1ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS FILHO, J. C. **Internacionalização da Educação Superior**: redefinições, justificativas e estratégias. Série-Estudos, Campo Grande, MS, v. 25, n. 53, p. 11-34, jan./abr., 2020.

SILVA, K. A.; XAVIER, R. P. Um panorama da internacionalização da educação superior na área do ensino de línguas adicionais e da pesquisa no Brasil. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 5585-5595, 2021.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educ, 123 p., 2004.

STALLIVIERI, L.; SCHMITZ, J. C.; RITTER, J. A.; BORDIN, T. M. A internacionalização da Rede Federal de Educação Tecnológica: uma abordagem sobre a estrutura administrativa. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 3, n. 1, p. 58-74, 2019.

STEFANI, V. C. G.; GREGOLIN, I. V. Internacionalização na Rede Federal Tecnológica: uma análise das ações previstas na política de internacionalização do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). **Revista Linguagem em Foco**, v.14, n.1, p. 158-178, 2022.

TOGNATO, M. I. A internacionalização no Ensino Superior pelos letramentos acadêmicos: uma perspectiva necessária. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 28, p. 159-176, 2021.

ZIEGLER, F. L. S. Fundamentos metodológicos em Linguística Aplicada: uma investigação sobre letramentos acadêmicos em línguas adicionais. **Revista Sentidos da Cultura**, Universidade do Estado do Pará, v. 10, n.17, p. 136-152, ago./dez., 2022.